

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Justiça dá 20 dias para Richa apresentar dados da ida a Paris

Justiça dá prazo para Beto Richa explicar viagem

O governo do Paraná terá de apresentar dentro de 20 dias informações à Justiça sobre a viagem de Beto Richa (PSDB) e de sua comitiva a Paris no mês passado. A caminho da Rússia e da China, o governador fez uma parada de 48 horas em Paris, alegando necessidade de uma escala técnica.

| *Rogério Waldrigues Galindo*

O governo do Paraná terá de apresentar dentro de 20 dias informações à Justiça sobre a viagem de Beto Richa (PSDB) e de seu comitiva a Paris no mês passado. A caminho da Rússia e da China, o governador fez uma parada de 48 horas em Paris, alegando a necessidade de uma escala técnica. Sem eventos ou compromissos oficiais na França, o governador, a esposa e dois assessores permaneceram no Hotel Napoleón, um cinco estrelas numa das áreas mais caras da cidade. A diária chega a ultrapassar R\$ 1 mil por quarto.

A determinação de que o governador apresente as informações é do juiz da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira. Ele reagiu a ação proposta por partidos de esquerda como PSol e PSTU, que alegam a possibilidade de desperdício de dinheiro público.

O governo afirmou, na ocasião, que não havia voos diretos e que a parada em Paris era uma necessidade.

“A determinação judicial é para que o governador informe tudo o que a base aliada negou à oposição, quando derrubaram nosso pedido de informações”, comemorou o líder oposicionista na Assembleia Legislativa, Tadeu Veneri (PT).

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO 12 NOV 2015

Beto deve explicações ao juiz

Já se foi o tempo em que os mandatários de plantão acreditavam que não precisavam prestar contas de seus atos para ninguém. Atualmente, precisam pelo menos combinar com o juiz da 3.^a Vara da Fazenda Pública, Roger Vinicius Camargo, que ontem sentenciou: o governador Beto Richa tem 20 dias para explicar para onde foi e o que fez em cada parada de sua viagem de 15 dias a Paris (por duas vezes), China e Rússia, no mês passado. O juiz quer que ele informe também quem fez parte de sua comitiva, quanto custou a viagem, quem pagou o quê e que resultados práticos foram alcançados em favor do estado.

A decisão atendeu a uma ação impetrada por dois partidos nancicos de esquerda (PSol e PSTU), mas este detalhe pouco importou ao juiz, mais ligado no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, que obriga os administradores públicos a tornar transparentes todos os seus atos. Na Assembleia, a oposição já havia requerido informações, mas foi atropelada pela maioria governista, que rejeitou o pedido.

Intromissão indevida do Judiciário no Legislativo, como costumam reclamar políticos em apuros? Ora, se o Legislativo não cumpre sua missão constitucional de fiscalizar o Executivo, o único jeito é recorrer à Justiça, onde ainda se encontram juízes dispostos a fazer valer a lei e os direitos do cidadão.

-Duas estranhezas rondaram a viagem do governador: por que ele teve de fazer uma "escala técnica" de dois dias em Paris onde não havia agenda oficial a cumprir? E por que de sua comitiva terem participado empresários que, em princípio, não teriam interesses nos locais visitados? Caso, por exemplo, do presidente de uma empresa doadora de campanha e que ganha concorrências para fornecer merenda escolar e quentinhas a presidiários.

É possível que Richa peça socorro à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para derrubar a decisão judicial. Mas — se não há o que esconder — será mais bonito se todos os questionamentos forem respondidos. Fará bem para a democracia e para imagem do governador.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TJ quer pagar auxílio-saúde a comissionados

Euclides Lucas Garcia

I Em meio à crise econômica do país, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná pretende instituir auxílio-saúde aos funcionários comissionados da Corte a partir de janeiro. A medida vai beneficiar 3.071 ocupantes de cargos em comissão — conforme dados de agosto do Portal de Transparência do órgão. O custo aos cofres públicos será de R\$ 7,74 milhões no ano que vem; de R\$ 9,118 milhões em 2017; e de R\$ 9,848 milhões em 2018. A proposta foi encaminhada na quarta-feira (11) à Assembleia Legislativa.

Atualmente, somente magistrados e servidores efetivos do TJ — ativos e inativos — recebem o auxílio-saúde. Pela legislação, o valor do benefício varia de R\$ 143,69 até R\$ 862,07, conforme a idade do funcionário, e se estende inclusive aos dependentes de cada um. As regras estabelecem que haverá reembolso das despesas médicas realizadas no mês anterior ao pagamento.

Na justificativa da proposta, aprovada internamente pelo Órgão Especial do TJ na segunda-feira (9), o tribunal argumenta que a extensão do benefício a comissionados já é praticada pelo Ministério Público Estadual (MP) desde agosto de 2013.

O tribunal justifica que a proposta recebeu aval unânime do Tribunal de Contas (TC), em julho de 2014, para sair do papel. À época, o relator da consulta, conselheiro Ivan Bonilha, destacou que a Constituição Federal elenca a saúde dentre os direitos sociais e estabeleceu que o auxílio-saúde já foi objeto de regulamentação por outros órgãos do Judiciário, conforme regulamentação administrativa do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

GAZETA DO POVO

Justiça condena Belinati e 14 réus a devolver quase R\$ 1 mi

LONDRINA

Marcelo Frazão, do JI.

O juiz da 1.ª Vara Cível de Londrina, Marcos José Vieira, condenou o ex-prefeito Antonio Belinati, o filho dele, Antonio Carlos Belinati, e mais 13 réus a devolver quase R\$ 1 milhão à prefeitura de Londrina. Entre os condenados estão Stael Janene, viúva do deputado José Janene, o espólio do deputado e duas empresas.

O ex-prefeito é réu em quase 100 ações civis e criminais por desvio de dinheiro derivado da venda de parte da Sercomtel à Copel, em 1998. A ação do Ministério Público pedia a condenação de todos por improbidade administrativa. As punições — como impedimento de contratar com o serviço público e inelegibilidade — prescreveram e a única pena viável era obter a devolução do que foi desviado.

O juiz concluiu que os réus forjaram um esquema de cartas-convites na antiga companhia de trânsito e urbanização para contratar duas empresas para vigilância. Na verdade, elas teriam servido para desviar dinheiro a campanhas eleitorais do grupo. A promotoria também descobriu que o sistema de vigilância contratado foi usado nas casas de alguns dos acusados.

À RPC, o advogado Antônio Carlos Vianna, defensor da família Belinati, disse que vai recorrer. Segundo Vianna, o filho foi condenado apenas porque o pai era prefeito. Quanto a Belinati, sustenta que ninguém apontou-o como responsável pelos desvios. Marcos Bechara, advogado de Stael Janene, disse que vai recorrer.

12 NOV 2015

LIMINAR

STF revoga prisão de auditores na Publicano

Seis presos da Operação Publicano foram beneficiados por liminares deferidas na terça-feira (10) pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em pedidos de habeas corpus. Os réus que tiveram a prisão preventiva revogada são os auditores fiscais Orlando Aranda e José Luiz Favoreto Pereira; Antônio Pereira Júnior, Leila Raimundo Pereira — respectivamente irmão e cunhada de Favoreto —; Iris Mendes da Silva e Cláudio Tosatto. Até o fechamento desta edição, nenhum deles havia sido solto.

LAVAJATO

Investigação contra Renan não avança por falta de direcionamento

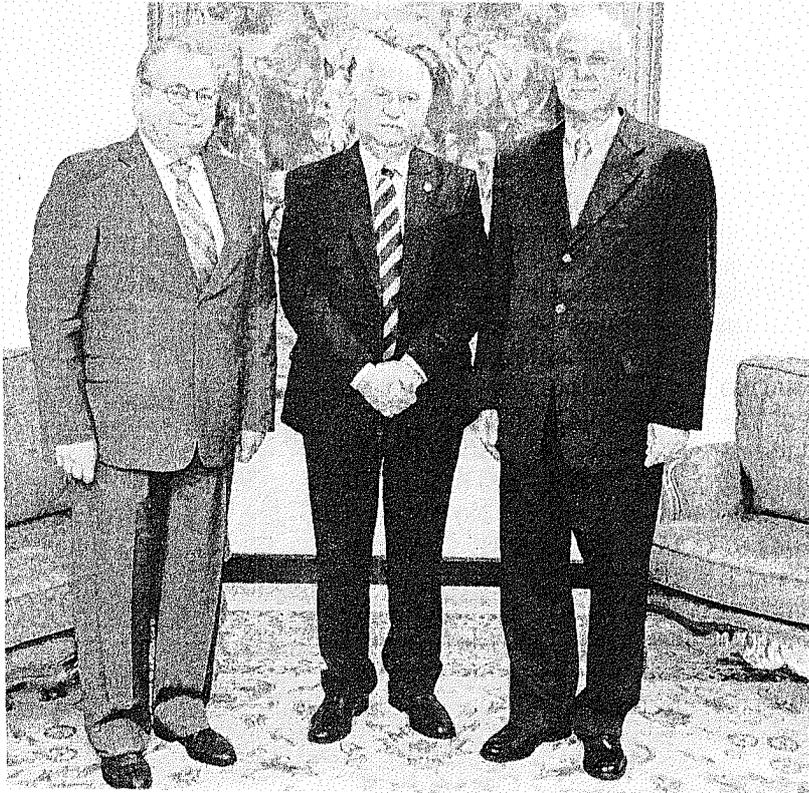
A Polícia Federal (PF) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que tem dificuldade para avançar nas investigações sobre o suposto envolvimento do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com desvios na Transpetro, subsidiária da Petrobras. Segundo relatório da PF, o delegado Thiago Delabary diz que não realizou diligências no caso, que “carece de maior direcionamento” e que precisa de “uma linha investigativa factível”. Renan foi citado pelo delator da Lava Jato Paulo Roberto Costa como beneficiário da corrupção na estatal. Como o senador tem foro privilegiado, a investigação é conduzida pelo STF e fica sob responsabilidade direta do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Priscilla Fiedler



O vice-presidente da Anoreg-PR, Cláudio Bley Carneiro (à dir.), e o diretor executivo, Mário Martinelli (à esq.), com o presidente do TJ-PR, Paulo Roberto Vasconcelos, a quem entregaram em mãos, durante visita de cortesia, a pesquisa com os índices de satisfação dos cartórios extrajudiciais.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Antecipação de ICMS vira alvo de briga judicial no PR

Talita Boros Voitch

Um decreto estadual de fevereiro, que disciplina o pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) antecipado a produtos importados comprados através de outros estados, virou briga judicial. Afetadas pela medida, entidades representativas do setor produtivo paranaense e da classe contábil entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o governo do Paraná, contestando os efeitos do documento.

O decreto 442/2015 afeta negócios com origem em outro estado, sujeitos à alíquota de 4%. Este tipo de operação no Paraná tem carga tributária de 12%. O decreto instituiu que as empresas devem pagar o valor da diferença entre as duas cobranças (8%), no caso da aquisição de produtos importados em outras unidades da federação.

A mudança na cobrança afetou 89 mil empresas paranaenses, sendo que cerca de 70 mil estão dentro do Simples Nacional. "Isso é uma penalização para as empresas do Simples, já que as do regime normal podem creditar essa diferença do ICMS depois. No Simples isso não é possível. Essa mudança traz muito prejuízo para estas

empresas", afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Mauro Kalinke.

Segundo a Receita Estadual, 9.735 empresas paranaenses do Simples deixaram de recolher a diferença no imposto em operações referentes a cerca de 7 mil produtos, com fatos geradores de fevereiro a junho. Entre eles estão roupas, vestidos de noiva, produtos odontológicos, entre outros.

Autorregularização

As empresas receberam correspondências de autorregularização da dívida enviada pelo fisco. Na visão do presidente do Sescap-PR e de outras entidades, a cobrança é irregular.

O grupo recomendou que as empresas ingressassem com uma defesa administrativa na Receita Estadual até que a Adin seja apreciada pelo Judiciário. No momento, a ação se encontra em trâmites internos do Conselho Superior da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, em Brasília.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

» BRIGA JUDICIAL

TJ-SP volta a suspender fornecimento de droga contra câncer

O vaivém judicial envolvendo a fosfoetanolamina sintética ganhou mais um capítulo na quarta-feira (11), quando o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo cassou todas as liminares que mandavam a Universidade de São Paulo fornecer a substância a pacientes com câncer.

A fosfoetanolamina é distribuída pelo Instituto de Química da USP em São Carlos, onde o professor Gilberto Chierice, já aposentado, pesquisou a substância. Centenas de pessoas têm procurado o instituto em busca da droga, que, segundo depoimentos, consegue conter e reduzir tumores.

A procura pela chamada “cápsula contra o câncer” ganhou ainda mais fôlego depois que o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, concedeu, no início de outubro, liminar favorável a uma paciente em estado terminal que queria ter acesso à substância. Após o parecer, o presidente do TJ-SP, José Renato Nalini, reconsiderou decisão anterior e liberou a distribuição das cápsulas a cerca de 800 pacientes. Agora, nova decisão do TJ paulista volta a proibir a liberação.

A fosfoetanolamina não apresenta registros no Ministério da Saúde nem na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e ainda não foi testada em seres humanos.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

“A OAB-PR é protagonista de diversas ações em defesa da nossa sociedade”



Joana Neitsch

ENTREVISTA

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA, advogado e candidato à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná (OAB-PR).

Ficha Técnica

- **Naturalidade:** Curitiba-PR
- **Currículo:** advogado, graduado em Direito pela PUC-PR, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná
- **Juristas que o inspiram:** Luiz Edson Fachin e Alir Ratcheski
- **O que está lendo:** 1808, de Laurentino Gomes; e livros sobre a história da OAB
- **Nas horas vagas:** dedicação total às filhas; gosta muito de ficar em casa, de correr e de dar atenção para o seu cão, da raça Golden

Com a proposta de dar continuidade ao trabalho da atual gestão, a chapa XI de Agosto concorre às eleições da OAB-PR. O candidato à presidência do grupo é José Augusto Araújo de Noronha, atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná. O advogado conversou com o **Justiça & Direito** na redação da **Gazeta do Povo**; a entrevista também foi gravada em vídeo. Durante a conversa, Noronha ressaltou ações que realizou em seu atual posto, como a reforma do Edifício Maringá, prometeu levar mais serviços para os advogados do interior e realizar medidas específicas para a mulher advogada. Além de apresentar suas propostas, o candidato rebateu críticas, como a falta de alternância, caso a XI de Agosto prossiga à frente da

OAB-PR. Ele também defendeu a atuação da Ordem diante dos momentos de crise. Segundo Noronha, mesmo quando o Conselho Federal demorou a se posicionar, a seccional do Paraná e seus conselheiros tiveram uma postura firme.

Quais as principais propostas para a sua gestão, caso seja eleito presidente da OAB-PR?

Nós fizemos 80 novas propostas para esse próximo triênio. O lema da XI de Agosto é “OAB para os Advogados e para a Sociedade”. Eu destacaria o combate à corrupção e a luta histórica que a OAB tem em defesa do Estado Democrático de Direito e do patrimônio público. A OAB-PR é protagonista de diversas ações em defesa da nossa sociedade. Cito, por exemplo, a luta que a OAB teve contra a conta única que pretendia ficar com, aproximadamente, R\$ 6 bilhões dos depósitos judiciais que eram vinculados aos processos que os advogados mantêm. Através da atuação da OAB, o CNJ suspendeu essa transferência. A OAB-PR também tem capitaneado esse importante programa que é o “Menos Impostos, Mais Respeito” e que pretende dar um basta no aumento da carga tributária, no retorno do CPMF e tantas outras faltas de respeito com os recursos públicos.

CONTINUA

12 NOV 2015

Também fazemos a manutenção das lutas históricas da Ordem pela moralidade na administração pública. Já visitei mais de 100 escritórios de advocacia e tenho ouvido muito da sociedade e dos advogados sobre a importância da nossa entidade. Somente se pode ter uma OAB forte com advogados que tenham essa representatividade. Na nossa chapa, temos advogados de todos cantos do Paraná; advogados públicos, privados, de pequenos, médios e grandes escritórios. Uns com mais experiência na profissão, outros mais novos. A nossa chapa tem um respeito muito grande pela mulher advogada, que tem cada dia mais um papel de destaque na sociedade. Vemos advogadas sendo aprovadas em maior número do que os advogados. Com a ajuda de todas as mulheres que compõem a nossa chapa, que são 31, fizemos propostas exclusivas para as advogadas que ingressam na nossa carreira. A cada dia mais, na OAB, teremos igualdade de gênero e de oportunidades.

Com relação à atuação diante casos polêmicos, como os de corrupção, a OAB foi criticada por em alguns momentos demorar a se posicionar ou não ser tão firme. O senhor considera que vai ser preciso mudar o estilo ou ter outra maneira de se posicionar?

A OAB do Paraná nunca hesitou em se manifestar sobre qualquer tema, os nossos conselheiros federais, muito menos. A XI de Agosto tem em seus quadros os melhores conselheiros federais do Brasil. Então, mesmo quando o Conselho Federal

demorava a se manifestar, os conselheiros paranaense se manifestavam. E aqui no Paraná não foi diferente. Alguns temas, que são afetos ao Conselho Federal, a OAB-PR encaminha para serem debatidos lá. Aqui no Paraná, sempre tivemos posição de vanguarda na defesa da melhor aplicação dos recursos públicos e da ética.

Uma das críticas da oposição é o fato de a XI de Agosto estar à frente da instituição há anos, o que impediria a renovação da administração da Ordem. Como a vocês recebem essa crítica?

A gente recebe como qualquer crítica: temos que analisar, ver se tem fundamento e, efetivamente, mostrar que é completamente infundada. A XI de Agosto é um grupo despersonificado de pessoas com absoluto compromisso ético e que têm uma única missão: servir à OAB. É um grupo que vem se renovando a cada ano. Sempre com essa característica: advogados éticos, que têm notório conhecimento das causas da advocacia, pessoas que advogam e conhecem os problemas dos advogados e, por isso, têm condições de dar as melhores soluções às demandas que são afetas à OAB. Digo com muita tranquilidade que hoje nós temos a melhor OAB do Brasil. Isso por-

que temos uma gestão muito austera, temos pessoas que têm muita qualidade no trato das coisas da OAB, uma equipe de profissionais muito boa prestando serviço. E aqui na OAB-PR não temos o costume da reeleição para o cargo de presidente. A chapa tem uma renovação enorme, inclusive nas subseções. Nunca a XI de Agosto se recusou a aceitar em seus quadros qualquer advogado que tenha interesse em contribuir com a Ordem. Hoje temos na OAB-PR mais de 1500 advogados prestando serviço nas comissões. Tenho muito orgulho de ter sido escolhido por esse grupo.

Como você se preparou para hoje se candidatar a presidente da OAB-PR?

Tenho um histórico de serviços prestados na OAB, à Caixa de Assistência, já participei de algumas comissões, nunca recusei nenhuma missão que qualquer presidente da OAB tenha me dado. Sempre me dediquei com muita devoção às causas da advocacia e às causas da OAB, mesmo que pudessem ter algum prejuízo pessoal ou profissional. Eu tive a honra de iniciar meu trabalho na Caixa de Assistência na gestão do presidente José Lúcio Glomb, aumentando todos os benefícios e a participação da Caixa na vida dos advogados, com a vacinação e os planos de saúde.

CONTINUA

“Hoje nós temos a melhor OAB do Brasil, com uma gestão muito austera e pessoas que têm muita qualidade no trato das coisas da Ordem”

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Hoje, temos uma OAB-Prev com mais de 13 mil colegas que contribuem para seu futuro, com mais de R\$ 180 milhões em recursos administrados. Isso mostra a plena confiança que o advogado tem na nossa instituição. Procurei levar ao advogado muito mais serviço, assistência e previdência. Conseguimos multiplicar nossos serviços, levar ao interior os serviços da Caixa, fazer o treinamento do Processo Eletrônico. E, recentemente, a Caixa dos Advogados teve a oportunidade de entregar à advocacia paranaense o edifício Maringá. A Caixa de Assistência recuperou o prédio, aquele que foi a antiga sede da OAB-PR. E é um prédio que tem um simbolismo muito grande; no tempo de chumbo foi a trincheira dos oprimidos. Resgatamos aquele prédio e hoje é um prédio de benefício aos advogados. Foi construído e remodelado com recursos unicamente da advocacia. Eu citaria, basicamente os escritórios compartilhados, que já foram implantados e estão em pleno funcionamento. Nossa proposta é interiorizar esses escritórios. Eu me preparei muito para ocupar a presidência da OAB-PR, não só porque acompanhei o trabalho de alguns presidentes, mas como conheço a instituição. A OAB tem aproximadamente 54 mil advogados ativos e posso dizer que conversei muito com os advogados. Sou um advogado que petição, faço sustentação oral. Eu nunca quis ser nada além de advogado. Portanto, me sinto muito preparado para gerir os rumos da OAB-PR.

Que mensagem final gostaria de deixar para os advogados?

A OAB tem uma estrutura grande, tem responsabilidades com os advogados mais carentes, com os iniciantes e tem aproximadamente 500 funcionários. É preciso conhecer essa estrutura para poder saber bem administrá-la. Gostaria de convidar todos os advogados e advogadas do Paraná para que no dia 16 compareçam para escolher o melhor caminho para a OAB-PR.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

“Buscamos o resgate da advocacia como instrumento de pacificação social”



Joana Neltsch

ENTREVISTA

SAMIR MATTAR

ASSAD, advogado e candidato à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná (OAB-PR)

Ficha Técnica

- **Naturalidade:** Lapa-PR
- **Currículo:** advogado, graduado pelas Faculdades Integradas Curitiba; especialista em Psicologia Judiciária e Criminologia pela CBES.
- **Jurista que o inspira:** Aury Lopes Jr.
- **O que está lendo:** *Ecce Homo*, Friedrich Nietzsche
- **Nas horas vagas:** gosta de ficar com a família e toca contrabaixo

A chapa Nova Ordem, que concorre às eleições da OAB-PR, procura despertar o debate sob o ponto de vista da oposição. Para o grupo, que tem como candidato à presidência da seccional do Paraná o advogado Samir Mattar Assad, é hora de haver alternância na administração da entidade. Assad conversou com o **Justiça & Direito** na redação da **Gazeta do Povo** na última sexta-feira (6). A entrevista também foi gravada em vídeo. Durante a conversa, o candidato apresentou suas principais propostas, dentre as quais destacou a isenção na anuidade durante os cinco primeiros anos de profissão para os advogados iniciantes.

Até ter a participação na eleição validada, a chapa Nova Ordem passou por alguns entraves e precisou substituir o candidato cabeça de chapa, que era o advogado Marcello Lombardi. Ele não pôde concorrer por ter censuras disciplinares em sua ficha na OAB-PR. Outros integrantes do grupo também tiveram que ser substituídos por falta de documentação adequada. Para Assad, essas substituições foram meramente burocráticas e não interferem no projeto da chapa.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Na entrevista, ele também falou sobre a situação da advocacia paranaense que, na opinião dele, muitas vezes está sujeita a salários de fome. Assad destacou ainda a dificuldade daqueles que ingressam na profissão têm para permanecer.

Quais são suas propostas caso vença a eleição?

Nosso objetivo é oxigenar a Seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, implementando uma política de eficiência administrativa. Entendemos que um mesmo grupo dominando há tantos anos acabou por engessar a Ordem, que em outros tempos era protagonista de tantas reformas sociais e hoje virou mero coadjuvante no ordenamento jurídico brasileiro.

Entre as propostas da chapa, quais o senhor destacaria?

Buscamos o resgate da advocacia como instrumento de pacificação social. Entendemos que a advocacia é essencial para a consolidação de um dos poderes da República que é o Poder Judiciário. A advocacia foi incumbida da missão de equilibrar a balança da Justiça. Temos um Judiciário forte, um Ministério Público muito forte, e assim que deve ser, e entendemos que a advocacia nos últimos anos vem perdendo esse protagonismo para virar mero coadjuvante das carreiras. Nosso objetivo é o fortalecimento da advocacia.

O senhor mencionou o resgate de uma advocacia forte e combativa. Como considera que

a **deve ser a postura da advocacia em tempos de crise?**

A OAB precisa ser a voz da cidadania. Isso não acontece hoje no estado do Paraná. Hoje vemos colegas andando de cabeça baixa. E isso passa por uma reestruturação de carreira co-

mo um todo, principalmente em relação aos salários dos advogados empregados e o arbitramento digno dos honorários sucumbenciais. Honorário advocatício não é gorjeta. Então a gente vai buscar o resgate da advocacia em sua essência. Temos uma magistratura recebendo em torno de R\$ 30 mil reais, promotores recebendo bons salários e advogados que estão recebendo salários de fome.

E, na verdade, temos duas crises. Temos uma crise institucional e a crise financeira. O que vemos hoje em todo o estado do Paraná é a dificuldade dos advogados novos ingressarem na carreira e nela permanecerem. Por isso que uma de nossas propostas é a isenção da anuidade nos primeiros cinco anos de vida profissional nos quadros da Ordem. Há pessoas que estão deixando a carreira por não terem condições de exercer a advocacia.

Foi feito um estudo sobre o impacto da isenção de cinco anos? Quantas pessoas se enquadrariam nessa isenção?

A advocacia do Paraná, assim como em outros estados, sofreu uma mudança substancial tendo em vista o grande ingresso de profissionais. O Exame de Ordem é cada vez mais concorrido e, cada vez mais, com menos candidatos sendo aprovados. É viável e um incentivo aos novos advogados. O maior rendimento que a OAB tem vem do Exame de Ordem, e não da mensalidade dos advogados.

E como seria a reestruturação administrativa da OAB?

Queremos colocar uma auditoria dentro da Ordem por instituições ilibadas, como a Fundação Getúlio Vargas. O retorno não está sendo eficaz em serviços e muito menos como corpo e entidade que é a OAB.

CONTINUA

"A OAB precisa ser a voz da cidadania. Isso não acontece no estado do Paraná. Hoje vemos colegas andando de cabeça baixa."

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2015

A formação da chapa Nova Ordem foi um pouco turbulenta. O candidato anterior, Marcelo Lombardi, acabou não podendo se candidatar, e o senhor que iria concorrer vice, se tornou o novo candidato a presidente. Faltou tempo para a chapa se organizar? Qual foi o problema?

Alguns colegas tiveram problema por não ter pago a anuidade a tempo da inscrição e foram substituídos. Em relação ao candidato a presidente anterior, quero deixar bem claro que nosso projeto não é um projeto pessoal, mas um projeto de grupo. Então teve esse problema burocrático, a ficha dele não

tinha nenhum apontamento. Fomos induzidos a erro. Para não prejudicar o projeto, optamos, em conjunto, que eu assumisse a candidatura à presidência. Fizemos um reenquadramento com os demais e estamos na disputa. O movimento tomou corpo e entendemos que vamos vencer essa eleição para resgatar a advocacia da maneira que tem de ser — forte e combativa.

O senhor poderia contar um pouco de sua trajetória profissional e social até aqui para ser candidato à presidência da OAB-PR?

Entrei na faculdade em 1999, sempre participei de movimentos sociais desde o início. Participei de grandes movimentos dentro do corpo de advogados aqui no estado. Sempre fui militante na área criminal, trabalhei

em casos de repercussão nacional sempre primando pelos princípios republicanos. Passaram mais de 25 anos desde a promulgação do texto constitucional e a gente está buscando a implementar direitos. Nos últimos anos, o que nós presenciávamos principalmente dentro da área criminal — que é a que sente esse embate e essa restrição de direitos do cidadão — foi que o sistema, em vez de implementar políticas prometidas pela Constituição, está cada vez mais afastando a sociedade do cumprimento desses direitos.

O senhor poderia deixar uma mensagem final, especialmente aos advogados que vão votar no dia 16 de novembro?

A chapa Nova Ordem atende os anseios do ano de 2015. Passaram-se décadas, estamos com o mesmo grupo no poder durante todo esse tempo, e é salutar para a democracia a alternância de poder. Votem pelo resgate dos princípios republicanos e de uma advocacia forte, preparada que atenda os anseios de uma sociedade que mudou. Venham conosco conhecer nossas propostas. Vamos trazer a Ordem para dentro da sociedade. A OAB somos todos nós, é muito maior que o grupo que se instalou na instituição durante muito tempo. Conclamamos todos os advogados do Paraná que venham conosco.

Colaborou: Rhodrigo Deda

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Questões controvertidas do novo CPC na esfera do Direito Societário

ARTIGO

RÔMULO AUGUSTO ARAUJO

BRONZEL, advogado, especialista em Processo Civil com ênfase em Constitucional, possui LL.M. em Direito Empresarial Aplicado pela FIEP/IEL, cursa LL.M. in INTERNATIONAL BUSINESS na Universidade de Steinbeis na Alemanha. Professor de empresarial na ESA/OAB-PR e da Escola da Indústria IEL/PR

Em que pese natureza adjetiva do Código de Processo Civil, o novo diploma cuja *vacatio legis* se encerra em março de 2015 se imiscuiu no direito societário, especialmente no âmbito da dissolução parcial da sociedade e na penhora de quotas.

O novo Código de Processo inovou e trouxe uma seção especial para Ação de Dissolução Parcial da Sociedade, art. 599 e seguintes, matéria até então orientada pelo Código Civil e sedimentada jurisprudência, especialmente em questões processuais.

Especial atenção à aparente antinomia entre as leis no que concerne a forma de apuração das cotas em liquidação quando da saída de um dos sócios. Esse é o principal imbróglio diante da ocorrência de um conflito societário, pois diz respeito à materialização do valor da quota em dinheiro, ou seja, quanto vale a parte da sociedade daquele sócio que está de saída, seja voluntariamente ou por exclusão.

O Código Civil em seu art. 1.031 não previa um critério rígido a ser adotado pelo juiz para a liquidação das cotas, apenas orientava que fosse com base na situação patrimonial da sociedade em balanço especialmente levantado, cujo critério técnico ficaria a encargo do perito e submetido ao crivo da experiência do magistrado, conforme o caso concreto.

A nova regra prevista no art. 606 do novo Código de Processo Civil determina que nessa hipótese seja observado: *“o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma”*.

Nesse aspecto, o novo diploma processual trouxe regras materiais em relação aos direitos dos sócios, uma vez que a forma de apuração de haveres que ficava a encargo do Juiz de acordo com o caso concreto acabou substituída pela regra geral acima citada, eivada de diversos conceitos abertos passíveis de infundáveis discussões, como por exemplo o *preço de saída* dos bens e a *avaliação do intangível*.

Outra novidade desse capítulo do diploma processual que merece atenção é a data de resolução da sociedade, a qual deixa de ser interpretada exclusivamente com base em previsões objetivas do Código Civil e passa a necessitar de um comando judicial, arts. 604 e 605 do novo CPC, o que aumenta o grau de judicialização das demandas

societárias sobre um tema já regulado e sedimentado na jurisprudência.

A nova lei também enrijece matéria flexibilizada nos tribunais e além da citação da pessoa jurídica – interessada maior na demanda, para não dizer única – torna obrigatória a citação de todos os sócios para a demanda prevista no capítulo. Isso acaba por criar uma situação de verdadeiro embaraço para o retirante de sociedades, envolvendo diversas pessoas, que ficará com o ônus de promover o ato solene de citação um a um dos sócios, mesmo daquele que possa já haver manifestado sua concordância ou represente parcela ínfima da sociedade.

As questões de interferência do novo Código de Processo Civil nas sociedades não se restringem ao capítulo da dissolução parcial, a penhora de quotas, que também era tratada no Código Civil em seu art. 1.029 também recebeu significativas novidades.

A sociedade, ficção jurídica que recebeu personalidade própria em relação aos sócios pela Constituição Federal, a qual não deveria estar voltada aos atos pessoais desses recebeu um encargo judicial. O art. 861 do novo diploma prevê que na hipótese de penhora das quotas o juiz determinará que a sociedade apresente balanço especial, ofereça as quotas aos demais sócios ou àqueles de preferência e, não havendo o interesse desses, promova a liquidação das mesmas com o depósito em juízo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2015

Exatamente, a sociedade que não faz parte da lide, que não é devedora nem mesmo figura no polo passivo de qualquer execução, poderá ser instada a todas essas providências judiciais que até então eram encargos do Juízo, o qual levava à praça ou possibilitava a adjudicação das quotas pelo credor.

Certamente essa nova dicção processual causará enorme embaraço na gestão das sociedades, por questões que então eram suportadas pelo Judiciário e unicamente pelo sócio devedor. Empresas cujos sócios passam por dificuldades financeiras responderão por obrigações judiciais até então inexistentes, comprometendo sua regular administração e continuidade dos negócios por incumbências judiciais paralelas e avessas a sua personalidade jurídica.

Nessa perspectiva, a necessidade de atenção ao Contrato Social das sociedades redobra, o diploma processual vigente, que até então era silente sobre esse instrumento, o invoca em diversos momentos e impõe sua observância também para os aspectos acima tratados, o que engrandece essa ferramenta de estabilidade societária muitas vezes desprestigiada pelo empresário.

Todas essas alterações foram alvo de duras críticas durante o simpósio Atualidades em Direito Empresarial promovido na sede da OAB/PR durante dias 28 e 29 de outubro, ocasião em que os professores expositores e especialistas no assunto sugeriram a supressão do capítulo de dissolução societária do diploma processual e a readequação do que diz respeito à penhora de quotas.

Empresas cujos sócios passam por dificuldades financeiras responderão por obrigações judiciais até então inexistentes, comprometendo sua regular administração

A sociedade que não faz parte da lide, que não é devedora nem mesmo figura no polo passivo de qualquer execução, poderá ser instada a todas essas providências judiciais

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Cartórios têm um dos melhores índices de satisfação entre instituições do PR

Instituto ouviu 1.306 pessoas após o atendimento em mais de 30 municípios do estado

Levantamento realizado pelo Instituto Paraná Pesquisas aponta que os serviços notariais e registrais paranaenses têm um dos melhores índices de satisfação entre as instituições do Paraná, com satisfação geral de 9,2, em uma escala de 0 a 10. Os dados mostram que o índice de satisfação com a confiança e a credibilidade dos serviços recebeu a nota 9,1, enquanto que a satisfação com a honestidade e a seriedade dos estabelecimentos ficou em 9,0. Mais de 90% das pessoas disseram também que se sentem seguras em relação às transações efetuadas em cartórios, e 96,1% afirmaram que os serviços notariais e de registro são importantes para a sociedade.

"O que mais chama atenção são os altos índices de qualidade de atendimento registrados. Isso é reforçado pelo fato de que as pessoas ouvidas pela pesquisa tinham acabado de ser atendidas por um cartório, o que fortalece a conclusão final de que os cartórios são hoje a instituição mais bem avaliada perante a população do Paraná", analisa o diretor do Instituto Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo. "Outro ponto importante é a preocupação da instituição em ouvir a população e utilizar os dados coletados como uma forma de nortear a continuidade do desenvolvimento da prestação desses serviços", conclui Hidalgo.



Cartórios são a instituição mais bem avaliada perante a população do Estado, avalia Paraná Pesquisas

Para a realização da pesquisa, encomendada pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), foram ouvidos 1.306 cidadãos após o atendimento em um cartório, entre os meses de julho e agosto deste ano, em um planejamento estratificado de acordo com a atribuição do ofício e posição geográfica em 31 municípios, o que permite uma amostra representativa do Estado do Paraná com índice de confiabilidade de 95% e margem de erro de 3 pontos percentuais para resultados gerais. "Acreditamos que os números mostram a determinação dos serviços notariais e de registro paranaenses em prover um serviço de credibilidade à sociedade, o que corresponde ao que os usuários de cartório encontram no dia a dia do atendimento", afirmou o presidente da Anoreg-PR, Robert Jonczyk.

Novos serviços

Em consequência aos índices de satisfação e confiança registrados, a pesquisa constatou também

que a população usuária paranaense acredita que os serviços notariais e registrais poderiam prover uma série de novos serviços. Para os entrevistados, a emissão de passaporte (39,9%), cédula de identidade (36,6%), carteira de trabalho (30,5%), além de outros documentos, poderia ser feita diretamente pelos cartórios extrajudiciais. No mesmo sentido, mais de 70% das pessoas ouvidas pela pesquisa afirmaram que os serviços perderiam qualidade caso sua administração fosse de responsabilidade do Poder Público.

Melhorias

A pesquisa apontou também os pontos que precisam ser melhorados, entre os quais está o desconhecimento de 85,1% da população usuária sobre a possibilidade de que procedimentos de cartórios podem ser realizados pela internet. Isso aponta a necessidade de que os serviços notariais e registrais paranaenses evoluam também no âmbito digital. "A informatização dos cartórios extrajudiciais é uma realidade e um objetivo buscado pela Anoreg-PR. No entanto, dependemos da superação de alguns limitadores, uma vez que qualquer inovação de nosso trabalho depende da regulamentação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR)", explica o presidente da Anoreg-PR, Robert Jonczyk.

CONTINUA

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Outra questão levantada pela pesquisa é a de que 55,9% das pessoas disseram não saber qual o percentual de pagamentos de taxas e impostos que são devidos no valor pago aos cartórios, mas que cuja arrecadação é destinada exclusivamente para outras instituições públicas (como o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – e o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – Funrejus), ainda que muitas vezes isso represente parte significativa da quantia final.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

ADPF 347 e Estado de Coisas Inconstitucional

ARTIGO

CLÊMERTON MERLIN CLÉVE, professor Titular dos Cursos de Direito da UFPR, e do UniBrasil – Centro Universitário e BRUNO MENESES LORENZETTO, professor dos cursos de Direito do UniBrasil – Centro Universitário e da PUC/PR.

A omissão estatal violadora de direitos fundamentais ganhou novo destaque após a manifestação do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 347 que reconheceu, em prudente decisão liminar, a existência de um *Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)* com base na sistêmica violação de direitos fundamentais que se manifesta no âmbito penitenciário brasileiro. Na decisão em questão, dentre os oito pedidos formulados pelo PSOL, autor da ação, dois foram deferidos: (i) a obrigatoriedade da realização de audiências de custódia e (ii) a liberação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) para a melhoria do sistema carcerário. Além disso, foi também deferida, de ofício, medida de natureza cautelar sugerida pelo Ministro Roberto Barroso para a realização de diagnóstico da situação fática denunciada para instruir o julgamento de mérito a ser realizado em momento oportuno.

O *Estado de Coisas Inconstitucional* supõe, enquanto conceito, a identificação de agressões em larga escala aos direitos fundamentais e a busca, pelo Judiciário, de uma solução estrutural e complexa demandante de uma rede de posturas ativas e diferentes, cuidadosamente desenhada de modo a, produzindo

resultados satisfatórios, não implicar substituição dos demais órgãos constitucionais.

A Corte Constitucional da Colômbia concebeu, pioneiramente, o ECI, aprovando medidas inéditas para combatê-lo. A primeira decisão reconhecendo um *estado de cosas inconstitucional* foi proferida em 1997 num feito envolvendo omissão generalizada das autoridades públicas em relação à implementação de providências capazes de satisfazer determinado direito dos professores de um grande número de coletividades locais. Em 1998 a Corte, na *Sentencia T-153/98*, decidiu caso mais complexo tratando da grave situação dos presídios do país, tendo declarado o *Estado de Coisas Inconstitucional* do sistema carcerário colombiano em face das condições de vida infames (e atentatórios à dignidade da pessoa humana) dos reclusos e de sua superlotação. Mais recentemente, em 2004, foi julgado o caso das pessoas “deslocadas”, vítimas de migração forçada em razão da violência dos conflitos armados que castigam o país. Na ocasião, a Corte reconheceu o ECI diante da omissão estatal no atendimento dos *desplazados*, tendo determinado uma série de providências para a superação das falhas estruturais no auxílio dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Inspiradas nas *structural injunctions*, experimentadas nos Estados Unidos, as decisões estruturantes, ao ultrapassar as receitas do processo tradicional, procuram resolver questões coletivas com o emprego de respostas adequadas, singulares, muitas vezes incrementais, tudo para corrigir circunstância caracterizada pela generalizada violação dos direitos garantidos pela lei fundamental.

Não cabe confundir o *Estado de Coisas Inconstitucional* com as omissões inconstitucionais de caráter exclusivamente normativo. No ECI, mais do que a inércia do órgão encarregado de providenciar um ato normativo requerido pela Constituição, manifesta-se uma situação fática, um determinado “estado de coisas” estruturalmente relevante, reclamando combate por meio de um conjunto de providências, materiais e jurídicas, que possam dar cabo à contínua e sistemática violação de direitos. Diante disso, a natureza complexa do problema desafia uma atuação judicial diferenciada, sendo insuficiente um agir solitário do Judiciário com medidas tradicionais. Na maioria das vezes, o procedimento do ECI vai demandar a manufatura de políticas públicas que só podem ser construídas com a participação ativa dos demais Poderes no processo.

CONTINUA

Acredita-se que o STF mais do que aderir a mais uma novidade importada, saberá dosar cautela e ousadia, deferência e imaginação

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2015

De modo que uma postura dialógica, com a definição comum, pelas autoridades implicadas, de metas e de indicadores objetivos e precisos no desenvolvimento prolongado de respostas ao problema é de todo recomendada.

É verdade que, na Colômbia, o ECI foi desenhado pela Corte Constitucional para enfrentar questões que não encontravam remédio adequado no sistema processual do país. No Brasil, ao contrário, diante dos meios processuais contemplados para a defesa dos direitos fundamentais difusos e coletivos, com possibilidade de adoção, em tais meios, de sentenças estruturais, o ECI, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, deverá assumir configuração particular e caráter de instrumental excedente, de uso pontual nos episódios de violação sistêmica dos direitos fundamentais.

Os dilemas no âmbito da eficácia dos direitos fundamentais vão, nos dias que correm, assumindo complexidade sempre maior, sendo certo que o momento reclama não apenas a *descoberta do que deve ser feito*, mas, também, a definição do como fazer, supondo, respeitada a organização funcional do Estado e os postulados democráticos e republicanos, forma adequada de realização das promessas constitucionais, mormente nos desafios reivindicando soluções abrangentes. Cumpre, então, na altura, esperar da *Colenda Corte*, por ocasião do julgamento de mérito, um cuidado superlativo no manejo do conceito e no desenho das providências requisitadas, isso tudo para evitar a possibilidade da emergência de respostas voluntaristas de difícil justificação do sentido de sua legitimação democrática.

É preciso reconhecer, voltando à ADPF 347, que os problemas sistêmicos do aparelho carcerário não toleram uma solução simples. Há, portanto, na hipótese, algum risco de que a autoridade judicial, caso venha a tratar da matéria de modo menos cuidadoso, perca sua autoridade diante da constatação, no futuro, da ineficácia do modelo de decisão adotado. Acredita-se, entretanto, que o Supremo Tribunal Federal, sempre ciente de suas responsabilidades, no momento de cuidar do mérito da ADPF, mais do que aderir a mais uma novidade importada, saberá dosar cautela e ousadia, deferência e imaginação, tudo para, respeitado o nosso sistema de poderes divididos, prosseguir no necessário e virtuoso caminho de realização dos direitos fundamentais.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

JURISPRUDÊNCIA

STJ

Mesmo com regime de separação total de bens, marido é herdeiro necessário da esposa

Ementa

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DAS SUCESSÕES. INVENTÁRIO. REGIME DE BENS. SEPARAÇÃO TOTAL. PACTO ANTENUPCIAL POR ESCRITURA PÚBLICA. CÔNJUGE SOBREVIVENTE. CONCORRÊNCIA NA SUCESSÃO HEREDITÁRIA COM DESCENDENTES. INEXISTÊNCIA. CONDIÇÃO DE HERDEIRO NECESSÁRIO. RECONHECIMENTO. EXEGESE DOS ARTS. 1.829, III, 1.838 E 1.845 DO CC/02. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 282/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. 1. Cinge-se a controvérsia a saber se o regime de separação total dos bens, estabelecido em pacto antenupcial, retira do cônjuge sobrevivente a condição de herdeiro necessário, prevista nos arts. 1.829, III, 1.838 e 1.845 do Código Civil, ou seja, quando não há concorrência com descendentes ou ascendentes do autor da herança. 2. Na hipótese do art. 1.829, III, do Código Civil de 2002,

o cônjuge sobrevivente é considerado herdeiro necessário independentemente do regime de bens de seu casamento com o falecido. 3. O cônjuge herdeiro necessário é aquele que, quando da morte do autor da herança, mantinha o vínculo de casamento, não estava separado judicialmente ou não estava separado de fato há mais de 2 (dois) anos, salvo, nesta última hipótese, se comprovar que a separação de fato se deu por impossibilidade de convivência, sem culpa do cônjuge sobrevivente. 4. O pacto antenupcial que estabelece o regime de separação total somente dispõe acerca da incomunicabilidade de bens e o seu modo de administração no curso do casamento, não produzindo efeitos após a morte por inexistir no ordenamento pátrio previsão de ultratividade do regime patrimonial apta a emprestar eficácia póstuma ao regime matrimonial. 5. O fato gerador no direito sucessório é a morte de um dos cônjuges e não, como cedição no direito de família, a vida em comum. As situações, porquanto distintas, não comportam tratamento homogêneo, à luz do princípio da especificidade, motivo pelo qual a intransmissibilidade patrimonial não se perpetua post mortem. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

TAF4

Reprovação de estudante em conselho de classe deve ter razões explicitadas

Ementa

ADMINISTRATIVO. COLÉGIO MILITAR. PROMOÇÃO DE ALUNA AO ANO SEGUINTE. POSSIBILIDADE. TEORIA DO FATO CONSU-

MADO Não explicitadas as razões pelas quais o Conselho optou por manter a reprovação, com a juntada, na íntegra, da documentação pertinente ao processo administrativo, imprescindíveis para controle da legalidade do ato, a aluna-agravante não pode sofrer prejuízo acadêmico. In casu, deve ser aplicada a Teoria do Fato Consumado, em razão de consolidada a situação fática no presente caso.

12 NOV 2015

GAZETA DO POVO

EVENTOS

DIREITO NOTARIAL

XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro

Quando: 15 a 19 de novembro

Onde: Hotel Infinity Blue
Resort & Spa - Balneário
Camboriú (SC)

Inscrições: no local

Investimento: R\$ 650

MAGISTRATURA DO TRABALHO

2º Seminário sobre a Carreira de Magistrados da Justiça do Trabalho

Quando: 20 de novembro

Onde: Fórum Trabalhista de
Curitiba

Inscrições: [http://goo.gl/
forms/tMlXuzU1uT](http://goo.gl/forms/tMlXuzU1uT)

SUSTENTÁVEL

III Fórum de Sustentabilidade - Cidadania e Justiça

Quando: 12 e 13 de novembro

Onde: TRT-PR

Mais informações: [http://
www.trt9.jus.br/internet_base/
noticia_crudman.do?evento=
Editar&chPlc=5196595](http://www.trt9.jus.br/internet_base/noticia_crudman.do?evento=Editar&chPlc=5196595)

ABDCONST

Comemoração dos 15 anos da ABDConst e lançamento do XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional

Quando: 13 de novembro, às
18h

Onde: auditório da ABDConst
Informações: (41) 3024-1167
ou www.abdconst.com.br

NUTRIÇÃO

CAA-PR promove série de encontros com nutricionista sobre alimentação saudável

Quando: 18 de novembro, às
19h

Onde: Edifício Maringá (Rua
Cândido Lopes, 146 - Centro)

Inscrições: podem ser feitas na
sede da CAA-PR (Ahú) ou no
Edifício Maringá

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Direitos dos consumidores nos Serviços de Telecom

Quando: 23 de novembro

Onde: Sede da OAB-PR (Ahú)

Inscrições:
www.oabpr.org.br/eventos

Certificado: 6 horas
extracurriculares

12 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

EXPLICAÇÕES

PRA JUSTIÇA

Juiz determina que governo apresente informações sobre viagem de Richa

Da Redação
geralredacao@tribunadoparana.com.br

O governo do estado terá de apresentar dentro de 20 dias informações à Justiça sobre a viagem de Beto Richa (PSDB) e de sua comitiva a Paris, no mês passado. A determinação é do juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Ele reagiu a ação proposta por partidos de esquerda como PSOL e PSTU, que alegam a possibilidade de desperdício de dinheiro público na ocasião.

A notícia sobre a decisão foi divulgada ontem em primeira mão pelo blog "Caixa Zero", do jornalista Rogério Galindo, da *Gazeta do Povo*. A viagem causa polêmica desde o dia 13 de outubro, quando a *Folha de S. Paulo* motrou que o governador,



Governador ficou em hotel 5 estrelas em Paris, sem agenda oficial.

a caminho da Rússia e da China, fez uma parada de 48 horas em Paris, alegando a necessidade de uma escala técnica.

Sem eventos ou compromissos oficiais na França, o governador, a esposa e dois assessores permaneceram no Hotel Napoleón, um cinco estrelas perto do Arco do Triunfo, numa das áreas mais caras da capital. A diária pode ultrapassar R\$ 1 mil por quarto. Quando a notícia foi divulgada, o governo afirmou que não havia voos diretos e que a parada em Paris era uma necessidade.

Também gerou controvérsia a presença de Fernanda Richa na comitiva. A esposa do gover-

nador, que é secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, teve apenas um compromisso durante toda a viagem: uma visita a uma central de atendimento a crianças com deficiência, em Hefei, na China.

A bancada da oposição da Assembleia Legislativa apresentou um pedido de informações sobre a viagem, mas o requerimento foi rejeitado pelos deputados que apoiam o governo Richa. "A imprensa já publicou todas as informações que eles tinham solicitado. Basta ler os jornais para saber o que eles querem, o resto é factóide", disse o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), na ocasião.

12 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CRISE PRA QUEM?

Em meio a uma crise econômica generalizada pelo país, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) pretende instituir auxílio-saúde aos funcionários comissionados do órgão a partir de janeiro. A medida vai beneficiar 3.071 ocupantes de cargos em comissão. O custo aos cofres públicos será de R\$ 7,74 milhões no ano que vem; de R\$ 9,118 milhões em 2017; e de R\$ 9,848 milhões em 2018. Atualmente, somente magistrados e servidores efetivos do TJ ativos e inativos recebem o auxílio-saúde. O valor varia de R\$ 143,69 até R\$ 862,07, conforme a idade do funcionário, e se entende aos dependentes de cada um.

SIMILAR

Na justificativa da proposta, o tribunal argumenta que a extensão do benefício a comissionados já é praticada pelo Ministério Público Estadual (MP) desde agosto de 2013. "Pretende-se, portanto, que passem a desfrutar de auxílio já garantido a ocupantes de cargos similares em outras esferas do poder público, de maneira a reduzir a grande rotatividade em seu preenchimento, muitas vezes motivada pela diferença dos benefícios oferecidos", diz o texto.

12 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça cobra explicações sobre ida de Richa a Paris

Acompanhado pela mulher, tucano passou o fim de semana em um hotel cinco estrelas

Governo do Paraná fala em 'parada técnica' e diz que agenda da missão internacional foi 'transparente e pública'

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), foi intimado pela Justiça a dar informações sobre uma estadia de dois dias em Paris durante missão internacional, realizada no mês passado.

A parada do governador na capital francesa, fora da programação oficial da viagem, foi noticiada pela **Folha**.

Ele e a mulher, Fernanda Richa (que é também secretária estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social), além de outros dois membros do governo, passaram o fim de semana em um hotel cinco estrelas. Não houve agenda oficial no período.

O governo diz que foi uma "parada técnica" antes de seguir para a China, e que não havia outros voos disponí-

veis. Afirma ainda que os gastos da viagem foram divulgados no Portal da Transparência — que informa custos de R\$ 38 mil por pessoa, para 13 dias de missão.

Nesta terça (11), o juiz Roger Vinicius de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou que o governo apresente os nomes dos membros da comitiva, a agenda da viagem, comprovantes de pagamento e justificativa da parada em Paris. O Estado terá 20 dias para responder.

A ordem atendeu a um pedido do grupo de advogados "Direito para Todos", que pediu à Justiça ressarcimento aos cofres públicos em caso de irregularidade.

No início do ano, o Paraná elevou impostos e congelou 25% do Orçamento. Desde então, registrou aumento de receita — promete quitar dívidas até o fim do ano e investir R\$ 6,8 bilhões em 2016.

Em nota, o governo disse que a agenda da missão oficial foi "transparente e pública", e que atenderá à Justiça tão logo seja notificado.

FOLHA DE S. PAULO

Cadê a OAB?

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

A OAB encolheu, parece acovardada, com medo da opinião pública, de debater com a imprensa e se colocar contra medidas populares

12 NOV 2015

“A advocacia não é para covardes”
(Sobral Pinto)

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já foi, indiscutivelmente, a entidade da sociedade civil mais relevante do país. Nos anos de chumbo da ditadura militar, deu respaldo aos advogados que lutaram pelos direitos de seus mandatários. Defendeu com bravura a liberdade de imprensa, as eleições livres, as prerrogativas dos advogados.

Juntamente com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), teve papel importante no processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Mário Sérgio Duarte Garcia, Approbato Machado, José Roberto Batochio, Raymundo Faoro, Mariz de Oliveira, entre outros, foram presidentes da OAB que entraram para a história do Brasil por seu compromisso com o exercício da advocacia, o direito de defesa e o Estado democrático de Direito.

Nos últimos tempos, infelizmente, a entidade encolheu. Parece acovardada, com receio de colocar a cabeça para fora, com medo da opinião pública, de debater com a imprensa — que julga e condena por vezes de maneira leviana —, de se posicionar contra medidas populares.

Sem contar as inúmeras notas publicadas nos jornais em que os dirigentes da ordem mostram interesse em deixar seus cargos para ocupar postos no Executivo ou nos tribunais superiores.

Onde foi parar a OAB que se posicionava para valer contra os pedidos de vista com prazos indeterminados nos processos que tramitam nos tribunais superiores? Cadê a OAB que defendia para valer os advogados com suas prerrogativas violadas? Foi preciso contar com o mi-

nistro do STF (Supremo Tribunal Federal), Marco Aurélio Mello, quando o advogado de José Genoino foi atingido no seu mister, ao atuar na Corte Suprema.

Não faltam exemplos e situações, como quando o advogado, em visita a seu cliente em presidio ou em vista de inquérito na Polícia Federal, é tratado de maneira agressiva, com desdém. E a OAB nada faz. Quando muito, solta uma notinha na imprensa para inglês ver.

O quinto constitucional — advogados indicados para integrar os tribunais superiores — virou motivo de chacota pelos critérios muito mais políticos do que técnicos para a sua indicação. Listas e mais listas são devolvidas pelos tribunais. Uma vergonha para todos.

Mas sempre dá para piorar. O ministro do STF Teori Zavascki determinou a quebra do sigilo fiscal e bancário de dois escritórios de advocacia para apurar a origem dos honorários recebidos. Cadê a OAB? Emitiu uma nota!

O presidente do conselho federal deveria ter convocado uma entrevista coletiva e se posicionado firmemente contra o retrocesso dessa decisão, não apenas soltar uma nota. Deveria solicitar audiência com o presidente do STF, com o ministro da Justiça, mobilizar a classe.

Restaria uma dúvida: a imprensa compareceria a essa hipotética coletiva? Afinal, a entidade está descredenciada não só junto aos advogados, mas também junto à sociedade civil.

O país vive um péssimo momento. A corrupção é assustadora. A falta de lideranças, associada à crise de autoridade e ao descrédito nas instituições, prejudica a todos. Mas isso não justifica a omissão continuada dos dirigentes da OAB.

Teremos eleições no dia 18. Um bom momento para refletir sobre o que a advocacia espera para a sua entidade. E para o país.

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA, 49, advogado criminal, é membro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa e ex-presidente da Comissão de Prerrogativas e Direitos da OAB-SP - Ordem dos Advogados do Brasil

12 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Juiz autoriza quebra de sigilo de Mantega

Ação é tentativa de descobrir se nomeações para órgão ligado à Fazenda sofreram algum tipo de interferência ilegal

Ex-ministro da Fazenda disse por intermédio de pessoas próximas que repudia qualquer ilação sobre sua conduta

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, responsável pela condução dos inquéritos da Operação Zelotes, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de cerca de 30 empresas e pessoas, entre as quais o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. O magistrado acolheu pedidos do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

A **Folha** apurou que a ação é uma tentativa de descobrir se as nomeações de conselheiros do Carf, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, feitas pelo então ministro sofreram interferência ilegal, que poderia ser detectada a partir do mapeamento de transações financeiras de Mantega.

O Carf é o órgão responsável pelo julgamento de recursos de empresas contra multas aplicadas pela Receita.

Outra linha de apuração é definir a extensão do relacionamento do ex-ministro com o empresário Victor Sandri, cuja empresa, o Grupo Comercial de Cimento Penha, conseguiu reverter no Carf multa de R\$ 106 milhões.

Há cerca de duas décadas, Mantega vendeu terrenos para uma firma de Sandri. Antes da Zelotes, o empresário foi condenado também pela suspeita de interferir em decisões no Carf, conforme a **Folha** revelou em abril.

Outras quebras de sigilo decretadas pelo juiz Vallisney nesta semana alcançaram lobistas, empresários e executivos de instituições financeiras, cujos nomes não foram confirmados pela **Folha**, e que também teriam sido beneficiados no Carf.

Mantega informou, por intermédio de pessoas próximas, que “repudia qualquer ilação sobre irregularidades em sua conduta, uma vez que sempre se pautou pelos princípios éticos”.

Sobre o pedido dos procuradores e a quebra judicial, Mantega informou que não havia sido notificado sobre a medida até a noite desta quarta-feira (4) e, por isso, preferiu não se manifestar sobre o assunto.

O empresário Victor Sandri informou por meio de nota que o Grupo Comercial de Cimento Penha “forneceu todas as informações requeridas” ao Ministério Público.

12 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

JOGO DURO

O Ministério Público de São Paulo entrou com recurso contra decisão da Justiça que considerou legal o apoio da prefeitura da capital à realização de uma etapa do UFC em 2013. Para a Promotoria, a autorização de gasto de R\$ 2,5 milhões no evento não atende ao interesse público e é injustificável para uma “luta não olímpica”.

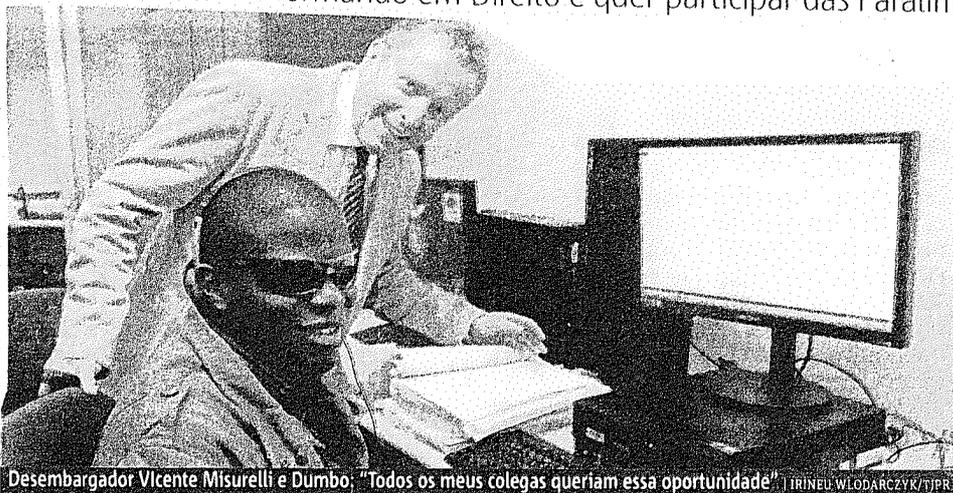
JOGO 2

Na ação, iniciada pelo Ministério Público, o ex-prefeito e atual ministro Gilberto Kassab (PSD-SP) é acusado de improbidade administrativa pela contratação, sem licitação, da empresa IMX, que detinha os direitos do campeonato. Em agosto, o Tribunal de Justiça deu razão ao ex-prefeito e afirmou que a Promotoria “marginalizava” um esporte “venerado mundo afora”.

METRO 12 NOV 2015

Quase deportado, angolano tem apoio e sonha ser juiz

Superação. Um ano depois da ameaça de deportação, Maurício Dumbo está se formando em Direito e quer participar das Paralimpíadas



Entre dezenas de estagiários acadêmicos do curso de Direito que atuam no TJPR (Tribunal de Justiça do Paraná), um se destaca. O trabalho que ele realiza não é diferente do que é feito por outros estudantes, mas certamente o seu grau de dificuldade é bem maior.

Maurício Tchopi Dumbo, 25 anos, é angolano, com deficiência visual total e foi alfabetizado apenas após os 11 anos, quando chegou ao Brasil. Ele e cinco irmãos perderam o pai, soldado que lutava na guerra civil de seu país.

Cursando o último período do curso de Direito em Curitiba, Dumbo sonha alto. "No futuro, quero ser juiz e pretendo um dia

trazer minha mãe a Curitiba, para poder lhe oferecer uma vida melhor", disse. A mãe, que ainda vive em Angola, desde a morte do marido trabalha como diarista para sustentar a família.

Há 14 anos, Dumbo separou-se da mãe e dos irmãos ao ingressar num grupo de jovens com algum tipo de deficiência, financiado pelo governo angolano, que teriam a oportunidade de estudar no Brasil. Deixou a família para trás e chegou a Curitiba, onde iniciou do zero a sua vida escolar.

Há um ano, entretanto, o suporte financeiro deixou de ser enviado por Angola e o grupo teria que retornar ao país africano.

"Queríamos muito ficar e buscamos a mídia para pedir ajuda da população", contou.

Além de conseguir uma bolsa de estudos em uma universidade particular para prosseguir o curso de Direito, a história de Dumbo chegou ao conhecimento do desembargador Vicente Misurelli, que ofereceu a ele uma oportunidade de estágio.

"A acolhida pelo Tribunal de Justiça marca o importante papel da instituição no encaminhamento de vidas e destinos", comentou o desembargador.

CONTINUA

12 NOV 2015

METRO

CONTINUAÇÃO

Exemplo de superação, entre outros desafios, Dumbo faz diariamente, sozinho, quatro viagens de ônibus para se deslocar pela cidade entre a sua casa, o estágio e a faculdade. Outro detalhe é que utiliza um programa de computador para transformar em áudio o vasto material escrito de seus estudos e trabalho.

Dumbo ainda é jogador profissional de futebol de salão. "Pretendo disputar os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016 como ala da Seleção Brasileira de futsal, para isso, estou buscando a minha naturalização".

⊗ METRO CURITIBA

12 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça dá prazo para Beto explicar 'pit stop' em Paris

Ação popular cobra explicação do governador do Estado por escala de 48 horas na capital francesa, que não estava incluída na missão oficial

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, deu prazo de 20 dias para que o governador Beto Richa (PSDB) apresente sua defesa sobre a "parada técnica" de 48 horas que fez em Paris, antes do cumprimento de uma missão oficial na China, na Rússia e na França, no mês passado. O despacho foi publicado anteriormente, em resposta a uma ação popular proposta pelo coletivo "Direitos Pra Todos", que atua de forma "pro bono" em causas sociais.

Segundo o advogado Ramon Bentivenha, o grupo percebeu, após a repercussão do caso na imprensa, que o custo da viagem, orçada em R\$ 160 mil, considerando os três países, foi "completamente desproporcional". "Não havia nenhuma informação sobre quem compunha a comitiva e

PGE garante que informações serão repassadas pelo governo

qual o cargo de cada um". Ele lembrou que o líder do governo na Assembleia Legislativa (AL), Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), chegou a dizer que o Executivo devolveria o dinheiro da escala ao erário. "Mas a gente tem acompanhado o Portal da Transparência e, até agora, não houve movimentação neste sentido", afirmou.

Os pedidos incluem os comprovantes de restituição e de pagamentos de despesas (com discriminação daquelas efetuadas na cidade francesa). Um requerimento com as mesmas solicitações, apresentado pela bancada de oposição na AL, já tinha sido rejeitado pela maioria dos deputados. Além dos juristas, assinam a peça servidores públicos, estudantes, educadores e integrantes de movimentos sociais, como Rodri-

go Tomazini (PSTU) e Bernardo Pilotto (Psol), que concorreram ao Palácio Iguaçu nas eleições de 2014. De acordo com eles, os R\$ 24 mil gastos com o "pit stop" pagariam "quase um ano de salário de professores estaduais, que ganham em média R\$ 2.473".

CONTINUA

12 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

POLÊMICA

Conforme publicado pelo jornal "Folha de S.Paulo", Beto chegou a Paris na manhã de 10 de outubro, acompanhado da mulher, Fernanda Richa, que é secretária de Desenvolvimento Social, do assessor Eduardo Pimentel Slaviero e do presidente da Agência Paraná de Desenvolvimento (APD), Adalberto Netto. O quarteto ficou hospedado no Hotel Napoléon, próximo ao Arco do Triunfo e à Avenida Champs Elysées, de onde saiu dois dias depois. A diária por pessoa custa 250 euros (por volta de R\$ 1.000).

Na época, a gestão tucana argumentou que não haveria voos disponíveis para Xangai no final de semana. O coletivo, porém, fez uma série de simulações, mostrando que a comitiva poderia ter feito uma conexão nos Estados Unidos, na Turquia, no Canadá ou em outras cidades europeias. A causa também tem valor atribuído de R\$ 160 mil.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) informou, em nota, que ainda não foi notificada e que logo que tomar conhecimento do teor da ação se manifestará. "De antemão, o governo do Estado reafirma que a agenda da missão comercial na China, Rússia e França foi transparente e pública, podendo ser acompanhada pela página oficial do governo do Estado na internet. Todas as informações que vierem a ser requeridas serão repassadas de imediato a partir da recepção da notificação".

REPERCUSSÃO

A decisão judicial que obriga o governador a informar os motivos da "parada técnica" em Paris, repercutiu na sessão de ontem da Assembleia Legislativa (AL). O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), fez questão de lembrar que o requerimento pedindo informações sobre a viagem do governo protocolado pela bancada oposicionista no mês passado acabou sendo barrado pela maioria governista na Casa. "Nosso pedido não foi aprovado aqui na AL, mas agora o governador terá que fazê-lo judicialmente. Este é o governo da transparência, só responde se for pressionado em juízo", apontou. Já a liderança do governo destacou que sempre cabe recurso em relação a decisões judiciais mas, mesmo assim, reforçou que o período em que Beto e sua comitiva passaram em Paris foi apenas uma parada técnica. "Havia a necessidade de se fazer uma escala porque é uma viagem extremamente cansativa", disse o deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB). (Colaborou Rubens Chueire Jr)

12 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF concede liberdade a seis investigados na Publicano

Entre os beneficiados está o ex-delegado da Receita Estadual de Londrina

José Luiz Favoreto Pereira;

réus terão de cumprir medidas cautelares

Loriane Comeli
Reportagem Local

Seis investigados na Operação Publicano obtiveram do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), habeas corpus (HC) para responder os processos em liberdades. As liminares foram concedidas ao ex-delegado da Receita Estadual de Londrina José Luiz Favoreto Pereira, a seu irmão Antônio Pereira Júnior e a sua cunhada Leila Pereira, réus na Publicano-3, e a três auditores que fazem parte do polo passivo da primeira fase da operação: Orlando Coelho Aranda, Iris Mendes da Silva e Cláudio Tosatto.

Até o fechamento desta reportagem, apenas Leila, que estava detida no 3º Distrito Policial (zona oeste), havia sido posta em liberdade. Os outros, detidos em cela especial na unidade um da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1), ainda não

Isso (a liberdade) faz parte dos remédios constitucionais”

hæviam conseguido deixar a cadeia em razão de um problema no sistema de informática que impediu a transmissão dos alvarás de soltura expedidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, titular dos processos envolvendo o esquema de corrupção e sonegação fiscal. As liminares foram concedidas por Gilmar Mendes na noite de terça-feira.

Ontem, por determinação do STF, Nanuncio, ao expedir os alvarás, estabeleceu medidas cautelares alternativas à prisão para os seis réus: não mudar de endereço sem prévia comunicação; comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar suas atividades; proibição de manter contato com os outros acusados; proibição de ausentar-se de Londrina sem autorização judicial; e entrega do passaporte em cartório.

O advogado Walter Bittar explicou que impetrou dois habeas corpus no STF: um em favor de Favoreto e seus familiares e outro para Aranda, no qual também foram beneficiados Tosatto e Silva, por meio de pedidos de extensão ajuizados pelos advogados dos dois.

No caso de Favoreto, o HC foi impetrado em razão da negativa de liberdade aos réus da Publicano 3 pelo ministro Rogério Schietti, novo relator dos processos da Publicano no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já o HC em favor de Aranda se refere à decisão do STJ que recentemente (em 15 de outubro) cassou liminar anteriormente concedida. Ao analisar o mérito, a 6ª Turma entendeu que era equivocado o posicionamento do então ministro relator dos processos relativos à Publicano, Sebastião Reis Júnior, que deu liberdade a todos os réus do esquema criminoso de Londrina.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2015

Por maioria, os ministros seguiram o voto do colega Rogério Schietti Cruz, para quem não é possível analisar um HC quando seu mérito não foi julgado pelo tribunal inferior, no caso, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, conforme a súmula 691 do STF. Assim, Aranda, Tosatto e Silva voltaram à cadeia. Com a divergência, Schietti passou a ser o novo relator.

Bittar disse que, mesmo com a decisão do STF, o STJ poderia cassar liminares concedidas a réus da Publicano. "Mas, o STF, por meio do ministro Gilmar Mendes, que está prevento para esses casos, concederia liberdade", afirmou. Sobre o mérito dos pedidos ao STF, o advogado disse que "no processo do Aranda, a alegação principal é a de que não pode existir prisão preventiva baseada apenas nas declarações de um delator". Ele se referia ao auditor Luiz Antonio de Souza, também investigado pela Publicano e responsável por repassar diversas informações ao Ministério Público (MP) por meio de um acordo de delação premiada. "Não há prova documental que embase o pedido de prisão dele", completou.

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, disse não "saber em que base a decisão do STF se fundou" porque ainda não teve conhecimento da liminar. "Isso (a liberdade) faz parte dos remédios constitucionais. Mas, ao contrário do que se tem dito, os processos são fartos em provas documentais e não se baseiam apenas em delações", explicou. (Colaborou Guilherme Batista/Grupo Folha)

12 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Bellinati condenado

O ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati e mais 14 réus foram condenados pela Justiça à devolução de R\$ 1 milhão ao erário por desvio de dinheiro que teria ocorrido em 1998, no último mandato dele. Estão na lista o filho e ex-deputado estadual Antonio Carlos Belinati e o espólio do ex-deputado federal José Janene, morto em 2010. Como o Ministério Público (MP) apresentou a ação civil 12 anos depois das irregularidades, as sanções cíveis por improbidade administrativa já estavam prescritas. Para a Justiça, houve contratações fraudulentas por meio da extinta Comurb com o objetivo de canalizar o dinheiro para campanhas eleitorais. Cabe recurso aos condenados.

Mansão de Lalau é leiloada

Foi arrematada em leilão por R\$ 7,1 milhões ontem, a mansão do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto no Guarujá, litoral de São Paulo. O imóvel, com valor de avaliação em R\$ 5,858 milhões, é uma casa no Balneário Prainha Branca com piscina e estacionamento para lanchas. O lance mínimo para arrematação em 2º Leilão era de R\$ 3.515.340,00. A área do terreno é de 1.632,00 m² e a área edificada é de 693,43 m². Nicolau foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão pelos crimes de desvio de verbas, estelionato e corrupção na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. O empreendimento tornou-se símbolo da corrupção no Judiciário no final dos anos 1990. Nicolau sempre negou a prática de ilícitos. Aos 85 anos, Nicolau vive em São Paulo, após cumprir parte da pena em regime fechado.

12 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Sistema carcerário

O sistema carcerário do Paraná tem sido alvo de debates durante esta semana. Entidades e órgãos sindicais pedem melhorias na estrutura dos Centros de Socioeducação, que atende jovens em conflito com a lei, e das penitenciárias, que têm registrado muitas rebeliões nos últimos meses. A preocupação é com a restrição orçamentária do Estado para o próximo ano.

É fato que não há estrutura adequada para atender a população carcerária. O número de presos cresce em proporções maiores do que a capacidade do Estado de construir presídios. Além disso, é preciso acrescentar que não se trata de um problema local, é uma deficiência que se repete em todos os Estados brasileiros. Anualmente o número de detenções cresce 7% ao ano e a população carcerária está estimada em mais de 600 mil pessoas.

Em média são 300 presos por 100 mil habitantes. Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça, foi registrado crescimento de 161% no total de presos desde 2000, quando o País contabilizava cerca de 233 mil encarcerados. Se mantiver esse ritmo, o Brasil terá cerca de 1 milhão de presos em 2022. Os números sugerem que é preciso discutir o atual modelo. É urgente pensar em penas alternativas e em projetos que busquem a reinserção dessas pessoas na sociedade.

Talvez a busca por parcerias com a iniciativa privada possa ser uma solução. É fundamental que os presos exerçam atividades laborais durante o período na carceragem. Desta forma, podem ser capacitados para exercer uma profissão, reduzem o tempo de ociosidade e ainda podem ter parte da pena reduzida. As tornozeleiras eletrônicas também são uma boa solução para presos de menor periculosidade. É preciso buscar modelos que tornem o sistema mais efetivo. É consenso que o atual sistema pouco contribui para a ressocialização dos presos e, por isso, é preciso buscar e desenvolver outras alternativas.

12 NOV 2015

BEMPARANÁ

Auxílio-saúde

O Tribunal de Justiça do Paraná enviou ontem à Assembleia Legislativa, projeto propondo a criação de um "auxílio-saúde" para servidores do órgão que ocupam cargos comissionados – sem concurso público, por indicação livre do TJ. O projeto não especifica quantos comissionados seriam beneficiados pela medida, nem qual o valor do auxílio por servidor. O benefício seria pago através do ressarcimento de despesas médicas feitas pelos comissionados. A proposta aponta que o impacto do novo auxílio para os cofres públicos no ano que vem seria de R\$ 7.740.000,00. Em 2017, custaria R\$ 9.118.000,00 a mais; e em 2018, R\$ 9.848.000,00. A proposta foi aprovada pelo Órgão Especial do TJ na última segunda-feira.

Rotatividade

O Tribunal de Justiça alega que o pagamento do auxílio tem parecer favorável do Tribunal de Contas. E argumenta ainda que o mesmo benefício já é pago aos comissionados do Ministério Público Estadual. No caso do MP, quando o benefício foi aprovado, o valor era de pouco mais de R\$ 700,00 mensais por comissionado. Na justificativa da proposta, o Judiciário aponta ainda que o órgão estaria perdendo servidores por não contar com esse auxílio atualmente. Segundo essa justificativa, a intenção é de que os ocupantes de "cargo em comissão puro passem a desfrutar do auxílio já é garantido a ocupantes de cargos similares em outras esferas do Poder Público, de maneira a reduzir a grande rotatividade em seu preenchimento, muitas vezes motivada pela diferença dos benefícios".

12 NOV 2015

BEMPARANÁ

Escala

O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira deu prazo de vinte dias para que o governador Beto Richa (PSDB) apresente sua defesa em ação popular movida pelo PSOL do Paraná que questiona sua recente viagem a Paris. Na ocasião, Richa e sua comitiva permaneceram três dias – entre 9 e 12 de outubro, na capital francesa, sem agenda oficial. O governo alegou a necessidade de uma escala técnica à espera de voo disponível para seguir viagem à China. O custo da viagem, por integrante da comitiva, ficou em R\$ 38 mil.

Conexão

Na ação, o PSOL afirma que a explicação da escala técnica não justificaria a permanência na cidade, já que “em rápida busca por sites de compras de passagens aéreas, se constatou que a grande maioria dos voos sequer faz conexão em Paris” e pede a devolução do dinheiro gasto em caso de não comprovação da necessidade das despesas.

12 NOV 2015

BEMPARANÁ

Internet escancara o racismo antes latente

Segundo a OAB-PR, criminosos estão migrando para o WhatsApp

Embora seja um crime inafiançável, o racismo é livremente praticado na internet. Valendo-se de perfis falsos, os "agressores mascarados" fazem comentários ofensivos em reportagens e publicações de diferentes páginas na internet. Mas se por um lado a *world wide web* pode funcionar como uma forma de "destilar ódio", por outro desnuda uma realidade que por muito tempo foi negada, quase que jogada para debaixo do tapete.

Somente neste ano, para lembrar os casos de repercussão nacional, a atriz Taís Araujo, ator mirim Kaik Pereira, o jogador de futebol Michel Bastos e as jornalistas Maria Júlia Coutinho (do *Jornal Nacional*) e Cristiane Damacena foram vítimas de comentários ofensivos em redes sociais. E se engana quem pensar que o Paraná ou mesmo Curitiba, que já chegou a ser chamada de "a capital das etnias", não tem parte nos repugnantes e insistentes episódios de intolerância.

De acordo com Mesaél Caetano dos Santos, presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-PR, os casos de crime de racismo na internet são cada vez mais comuns. Ele aponta ainda que vem acontecendo uma migração para o WhatsApp, principalmente por conta dos grupos fechados.

"(Crimes de racismo em redes sociais) é algo comum,

muito comum. O que tem chegado muito para nós da comissão são os grupos que se formam no WhatsApp, mais difíceis de se descobrir porque são geralmente grupos fechados", relata.

Um desses episódios foi registrado em Londrina no último mês de setembro. Na ocasião, a estudante Celiana Lúcia da Silva denunciou à polícia alguns colegas de faculdade que, em um grupo do WhatsApp, fizeram comentários de cunho racista sobre uma foto tirada de seu pé. O caso, que só foi descoberto por causa de uma colega que se indignou com a situação, teve grande repercussão, principalmente porque todos os envolvidos (desde a vítima até os suspeitos) são estudantes de Direito.

Mas ao mesmo tempo em que serve para veicular comentários odiosos, as redes sociais ajudam a escancarar o racismo, que por muito tempo permaneceu velado.

"Com o advento da internet, algumas pessoas resolveram mostrar realmente o seu lado racista e preconceituoso, externar o que pensam sobre o seu semelhante. Então há uma visibilidade e, conseqüentemente, uma discussão muito grande na sociedade com relação a essas condutas de racismo, preconceito e os chamados crimes de ódio. Depois das manifestações de 2013, acirrou-se ainda mais os ânimos de um lado do povo", aponta.

SEGURANÇA

O que devo fazer quando me deparar com um crime cibernético?

- 1 Guarde todas as provas e indícios possíveis
- 2 Tire fotos das denúncias, "print screen" e imprima o material
- 3 Registre as denúncias com o maior número de detalhes
- 4 Não compartilhe ou replique comentários ofensivos ou que incitem ao crime
- 5 Crie uma rede de proteção às crianças vítimas. Não permita que ela fique exposta aos comentários ofensivos nas redes sociais



INJÚRIA RACIAL

441
casos

de injúria referente à raça, cor, etnia, origem ou religião foram registrados pela Polícia Civil do Paraná em 2015. Isso significa que a cada dois dias são registrados três casos desse tipo no Paraná. Além disso, em 49 das ocorrências (11,1%) a vítima era menor de idade.

CONTINUA

12 NOV 2015

CONTINUAÇÃO

COMO DENUNCIAR O RACISMO

BEMPARANÁ

1º Ligue para o 190

Caso esteja ocorrendo uma agressão verbal ou física, ligue imediatamente para a polícia.

2º Registre o Boletim de Ocorrência

Em seguida, faça o registro do fato na delegacia, através de Boletim de Ocorrência (B.O.), pelo crime de injúria racial (art. 140, 53º do Código Penal) ou racismo (artigos 3.º a 20.º da Lei 7716/89).

ATENÇÃO: Os crimes acima não são processados em Juizados Especiais Criminais (Jecrim), portanto, exija a instauração de Inquérito Policial. O Termo Circunstanciado (com designação de audiência preliminar) não resolve nesses casos. Importante ressaltar também que é possível indicar e/ou apresentar provas para sustentar o Boletim de Ocorrência (testemunha, gravações, documentos - qualquer tipo de prova lícita).

3º Exija que a discriminação como causa do crime conste no B.O.

Em caso de ocorrência de outros crimes (como homicídio, lesão corporal, etc) que tenham como causa o preconceito, exija que tal circunstância conste no Boletim de Ocorrência, para que as provas colhidas na investigação também possam caracterizar o fato. (Ex: destruição de imagens religiosas no local do crime, termos racistas utilizados pelo investigado no momento do crime, etc).

4º Procure o Ministério Público

Se mesmo seguindo essas orientações, você perceber que houve imprecisão no registro do B.O. (descrição errada do crime, ausência de produção de provas de eventual preconceito como causa do crime, ou encaminhamento para o Jecrim), entre em contato com o Nupier (Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Paraná), que poderá solicitar providências junto à Promotoria de Justiça específica. O Núcleo fica na Avenida Marechal Deodoro, 1028, 9.º Andar, Centro, Curitiba. O telefone de contato é o (41) 3250-4905.

Denúncias em alta no PR e no Brasil

Ao longo dos últimos anos as denúncias de racismo dispararam no Paraná e no Brasil. A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, por exemplo, registrou até outubro 570 denúncias em todo o país, três a mais do que em todo o ano passado. Em relação a 2011, houve um aumento de 160% nos registros.

No Paraná, a situação se repete. As denúncias ao Ministério Público Estadual cresceram 511% em dois anos. Em 2013, o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico Racial (Nupier) havia recebido 42 notificações (32 de injúria racial e 10 de racismo). Neste ano, foram 224 até outubro (212 de injúria e 12 de racismo).

“Essa sempre foi a realidade, sempre foi, infelizmente. Esses números desmistificam a teoria da democracia racial que foi plantada no começo do século passado. Estamos entrando numa realidade, que antigamente não tínhamos notificação nenhuma em nenhum estado da federação”, finaliza Mesael Caetano.

Criminosos não ficarão “invisíveis”

Segundo o delegado-chefe do Nuciber (Núcleo de Combate aos Ciber Crimes), Demétrius Gonzaga de Oliveira, os recorrentes episódios de racismo nas redes sociais se explicam pelo fato de que os agressores acreditam que utilizando perfis falsos e outras “artimanhas” parecidas conseguirão esconder suas identidades. O policial, no entanto, garante que a sensação é falsa.

“A pessoa vai para a internet e acha que vai ter invisibilidade, que nunca vão encontrar ela e não vai acontecer nada. Mas a gente encontra. Só ver o caso da Tais Araujo. Já estão investigando cerca de 70 pessoas, e garanto para você que vão identificar todo mundo”.

O delegado, no entanto, ressalta a importância de as pessoas tomarem parte na causa e não deixarem de denunciar, orientando ainda que, ao fazer um *printscreen* da página em que ocorreu o crime, a pessoa deve deixar visível o endereço (o *www*) para que o endereço possa ser localizado.

“O debate livre de ideias é sempre bem vindo, mas as redes sociais estão servindo de ferramenta para agressão, para condutas de racismo. O melhor caminho para se combater isso é a ratificação das condutas como crime. Por isso, tem de procurar uma delegacia, fazer o B.O., exigir que o delegado notifique como racismo ou injúria racial e que o Ministério Público faça a denúncia”

Mesael Caetano dos Santos, presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-PR

Aplicativo irá monitorar redes

Um aplicativo na internet vai monitorar postagens nas redes sociais que reproduzam mensagens de ódio, racismo, intolerância e que promovam a violência. Criado pelo Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, o instrumento permitirá que usuários sejam identificados e denunciados.

De acordo com Fábio Mallini, professor responsável pelo projeto, os direitos humanos são vistos de maneira pejorativa na internet e discursos de ódios têm ganhado fôlego “É preciso dismantlar esse processo”, defendeu em entrevista à Agência Brasil.

Encomendado pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o Monitor de Direitos Humanos, como foi batizado o aplicativo, buscará palavras-chaves em conversas que estimulem violência sexual contra mulheres, racismo e discriminação contra negros, índios, imigrantes, gays, lésbicas, travestis e transexuais.

12 NOV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz dá vinte dias para Richa explicar escala em Paris



O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira deu prazo de vinte dias para que o governador Beto Richa (PSDB) apresente sua defesa em ação popular movida pelo PSOL do Paraná que questiona sua recente viagem a Paris. Na ocasião, Richa e sua comitiva permaneceram três dias – entre 9 e 12 de outubro, na capital francesa, sem agenda oficial. O governo alegou a necessidade de uma escala técnica à espera de vôo disponível para seguir viagem à China. O custo da viagem, por integrante da comitiva, ficou em R\$ 38 mil.

No período, Richa e os demais acompanhantes permaneceram no Hotel Napoléon, nas redondezas do Arco do Triunfo e da avenida Champs-Élysées, com diárias de cerca de R\$ 1 mil. Na ação, o PSOL afirma que a explicação da escala técnica não justificaria a permanência na cidade. ■

Ex-prefeito de Londrina deverá devolver R\$ 1 milhão

O ex-prefeito de Londrina Antônio Belinati (PP) e outras 14 pessoas foram condenadas a devolverem cerca de R\$ 1 milhão aos cofres públicos. A condenação se refere a denúncias feitas em 1998, no terceiro mandato de Belinati na Prefeitura de Londrina.

Além de Antônio Belinati, o juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública considerou culpados o ex-deputado estadual e atual diretor comercial da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Antônio Carlos Belinati, e herdeiros do ex-deputado federal José Janene, morto em 2010. As defesas dos três informaram que vão recorrer da decisão. Ex-secretários e diretores de empresas que prestaram serviços à prefeitura também foram condenados. ■

1 1 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Revisão de honorários pode ocorrer em função do valor final

Em recurso especial, houve novo pedido de revisão dos honorários de sucumbência. A defesa alegou que mesmo os R\$ 30 mil eram irrisórios

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil os honorários de advogado que atuou em causa milionária. Dessa forma, o colegiado reiterou a posição já pacificada no tribunal de que é possível rever a verba honorária arbitrada pelas instâncias ordinárias quando demonstrado se tratar de valor irrisório ou exorbitante.

Inicialmente, os honorários foram fixados em R\$ 500. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) elevou o montante para R\$ 30 mil com o fundamento de que o pedido do advogado estava dentro das diretrizes do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, e que tal majoração mostra-se equânime e razoável.

Em recurso especial, houve novo pedido de revisão dos honorários de sucumbência. A defesa alegou que mesmo os R\$ 30 mil eram irrisórios, tendo em vista a quantia referente ao título executivo extrajudicial, no valor de R\$ 7,6 milhões.

REVISÃO DE HONORÁRIOS

O relator, ministro Moura Ribeiro, afirmou que deve ser considerada a expressão econômica da ação e o fato de ela estar ligada à responsabilidade que foi assumida pelo advogado, compondo, assim, o conceito de "importância de causa". Desta maneira, o ministro entendeu que não se pode deixar de remunerar o trabalho do advogado condignamente, pois deve ser levada em conta a importância da ação, o grau de zelo dos profissionais e seus eventuais deslocamentos.

"Assim, a decisão recorrida, ao manter a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 30 mil, divorciou-se da jurisprudência desta corte na interpretação do artigo 20, parágrafo 4º, do CPC, porquanto fixou a verba honorária em quantum evidentemente irrisório, a exigir pronta majoração", concluiu o ministro Moura Ribeiro.

11 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

OBRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL É INDICADA AO PRÊMIO JABUTI

O Prêmio Jabuti é o mais respeitado e tradicional prêmio literário do Brasil. Desde a criação em 1958, tem se destacado pela seriedade e pela qualidade quase não contestada de suas escolhas. O Prêmio é outorgado a obras literárias e, por extensão a seus autores, contemplando atualmente 28 categorias, desde ficção, poesia, infantis, ciências humanas, romances, contos, até aquelas de caráter técnico.

CLÈVE E FREIRE

Na categoria Direito, o livro coordenado pelos professores Clèmerson Merlin Clève e Alexandre Freire está entre os Finalistas de 2015. A obra "Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional", editada pela Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, e prefaciada pelo ministro Marco Aurélio Mello do STF, é da maior importância e interesse para operadores de Direito.

A publicação é instigante, informativa e apresentando opiniões e pontos de vista de alguns dos maiores juristas do país acerca de atualíssimas questões dos Direitos Fundamentais. Além disso, desperta também o interesse de estudantes e leigos cultos, atendendo plenamente aos quesitos de avaliação da Comissão Setorial do Prêmio Jabuti: relevância do tema e de sua abordagem; rigor científico - precisão conceitual e terminológica; correção e fluência de linguagem, clareza e objetividade do texto.

CONSTITUIÇÃO DE 88

Segundo os coordenadores, o objetivo da obra foi homenagear o vigésimo quinto ano da Constituição de 1988 propondo, através da contribuição de renomados juristas, uma reflexão necessária acerca dos direitos fundamentais por ela reconhecidos explícita ou implicitamente, levantando questões e oferecendo respostas no sentido de contribuir para a concretização das promessas generosas do Constituinte, num quadro de respeito à dignidade do ser humano.



Clèmerson Clève

11 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Falsificação grosseira afasta o delito de uso de documento falso

A falsificação grosseira de documento, incapaz de ludibriar pessoa comum, afasta o delito de uso de documento falso, previsto no artigo 304, do Código Penal, tendo em vista a ausência de risco à fé pública. Essa foi a fundamentação adotada pela 3ª Turma do TRF da 1ª Região para rejeitar o recurso do Ministério Público Federal (MPU) contra a sentença do Juízo da 5ª Vara da Seção Judiciária de Goiás que absolveu sumariamente uma mulher da imputação do crime de uso de documento público falso.

Narra a denúncia apresentada pelo órgão ministerial que, no dia 20/07/2008, a acusada protocolizou requerimento de registro funcional no CRESS da 19ª Região, em GO, instruindo o pedido com o Diploma de Conclusão do Curso de Bacharel em Serviço Social e o Histórico Escolar falsificados. Na apelação, o MPF pleiteia a reforma da sentença para que a ré seja condenada ao argumento de que o crime de falsificação de documento público é formal e se consuma independentemente da comprovação de prejuízos a terceiros.